

O CAMINHO DA INCULTURAÇÃO NA MISSÃO DA IGREJA

*Dom Franco Masserdotti, MCCJ**

1 FECUNDIDADE NO PRIMEIRO MILÊNIO

No primeiro milênio do Cristianismo houve um intercâmbio fecundo entre fé e cultura com importantes elaborações no campo da liturgia, da teologia, dos ministérios.

Podemos dizer que, no começo, houve processos de verdadeira inculturação, embora o termo inculturação não existisse e não houvesse um projeto missionário definido, e a abertura “ad gentes” fosse mais estimulada pela rejeição e perseguição por parte dos judeus.

Estes processos enfraqueceram um pouco com a liberdade religiosa concedida pelo imperador Constantino: houve uma certa tentativa de centralização.

O maior exemplo de inculturação, no começo da vida da Igreja foi São Paulo, verdadeiro fundador da missão “ad gentes”. É importante examinar um pouco sua prática com relação à inculturação.

Ele foi escolhido para ser o evangelizador das nações (Gl 1,15-24).

Partiu de Antioquia para ir ao encontro dos povos pagãos. Uma primeira viagem foi como um ensaio. Paulo acompanhou Barnabé. Essa primeira viagem mostrou que os povos pagãos se abriam para o evangelho mais do que os judeus nas sinagogas, (At, 13-14).

* *Bispo de Balsas-MA.*

Então, Paulo resolveu dirigir-se diretamente aos pagãos sem nenhuma ligação com os judeus. A comunidade de Antioquia se tornou ponto de partida para o anúncio missionário. Anunciou o evangelho, somente pedindo a fé em Jesus Cristo. Nasceram comunidades que deviam prosperar e subsistem até hoje: Tessalônica, Filipos, Corinto, (At, 16-19), respeitava os costumes do povo e sua sensibilidade religiosa.

As cartas mais missionárias de São Paulo são: Gálatas, Filipenses, 2º Coríntios (o centro destas cartas é a Missão); primeira parte (expositiva) de Romanos (legitimação da Missão); 1º Coríntios (Missão na fase de constituição da comunidade).

Paulo, inventou um método missionário muito interessante. Chegando a uma cidade, ele se dirigia para o bairro dos trabalhadores e começava a trabalhar. Desse modo evangelizava os colegas de trabalho e, assim, penetrava no meio da cidade. Reunia os convertidos em comunidades e deixava plena liberdade ao Espírito Santo nas atividades e na direção. Dizia "Aquilo que vocês adoram sem o conhecer, eu o anuncio." (At 17,27 no areopago de Atenas); e "Tornei-me tudo para todos a fim de salvar alguns a todo custo." (I Cor 9, 22). Corrigia os desvios, quando por acaso apareciam. Nunca ficou mais de 03 (três) anos numa comunidade. Habitualmente ficava poucas semanas e deixava pessoas como responsáveis da comunidade. Mantinha o contato por meio de cartas ou por visitas dos seus ajudantes (Tito, Timóteo). Passou por sofrimentos imensos, tanto nas próprias viagens como pela oposição de muitos judeus e mesmo pela inveja de outros "apóstolos". (I Cor 1-3; 2 Cor 4-6; 10-13; Fl 3).

Paulo, como missionário escolhido pelo Espírito, se sentia livre em relação à Igreja de origem (senão poderia haver imposição do Centro com relação à periferia), para exercer o "MINISTÉRIO de FUNDAÇÃO".

Outro exemplo importante com relação à inculturação, é constituído pelos primeiros Concílios ecumênicos (Jerusalém, Nicéia, Constantinopla, Éfeso) ou particulares (como aqueles celebrados na África do Norte aos tempos de Santo Agostinho que dizia: "Licet, salvo iure communionis, diversum sentire"!) (é lícito sentir de forma diferente desde que se respeite a comunhão).

Eles eram ocasiões de impulso missionário e de processos profundos de inculturação do Evangelho.

Também porque naquela época o governo da Igreja não era muito centralizado e a legislação eclesiástica estava só se formando, deixando muito espaço à criatividade do Espírito.

2 ENDURECIMENTO NO SEGUNDO MILÊNIO

O segundo milênio foi caracterizado por um endurecimento crescente a respeito da inculturação.

Houve uma progressiva centralização e latinização ao redor de Roma.

Um primeiro amargo fruto disso foi a separação de Roma por parte das Igrejas orientais (1054) por razões mais culturais que teológicas: imposição da língua latina em lugar da grega, sacerdócio celibatário, data da Páscoa, pão da missa... Pareceu voltar às atitudes dos cristãos "judaizantes" das origens ou de alguns intransigentes dos primeiros séculos como Tertuliano ou como Paulinho de Nola que dizia que "os bárbaros devem aprender a louvar a Deus com coração romano".

Não podemos esquecer os 04 (quatro) concílios de Latrão (1123, 1139, 1179, 1215) que determinaram uma imposição de uniformidade "romana". Isso na época da formação dos modernos estados europeus, com sua identidade política e cultural (e lingüística) e com exigência de maiores autonomias e pluralismo também no campo religioso.

O mal-estar cresceu e deu origem a partir de 1517 à Reforma protestante que o historiador Christofer Dawson definiu assim "a revolta nórdica contra a tradição latina da cultura medieval". Diante da reação protestante, o Concílio de Trento reafirmou mais ainda a vontade centralizadora.

Prevaleceu uma missão de imposição em que as cruzadas foram um símbolo. Não podemos porém esquecer exemplos de missão pacífica como a dos dominicanos e franciscanos.

2.1 A missão na América latina na época colonial

A missão moderna começou nos séculos XVI-XVIII. Trata-se da resposta da Igreja à chamada descoberta do mundo africano, asiático, americano por parte dos europeus. Foi a conquista!

Entre os protagonistas católicos desta conquista havia espanhóis e portugueses cuja formação nacional estava marcada pela reconquista de suas terras contra os árabes muçulmanos. Isso, marcou e influenciou a mistura da conquista político-militar com a difusão da fé. Porém nem todo mundo aceitou houve diferentes modelos missionários aqui na América latina que aqui apresentamos pela relação que tem com o tema da inculturação.

2.1.1 A missão dos religiosos: os doze apóstolos franciscanos

Os franciscanos que desembarcaram na costa de Vera Cruz, no México, em 1524, são expressão de um cristianismo heróico. Vale ressaltar que eram doze, como os apóstolos de Jesus.

Fiéis à tradição franciscana, não levavam nem ouro nem prata. Descalços, percorreram toda a região, visitando as populações locais, alimentando-se com a mesma comida do

povo observando seus costumes e estudando suas línguas e dialetos.

Vindos da província franciscana espanhola da Estremadura, seguiam os princípios da grande reforma da Ordem em curso na Espanha. Chegaram ao “novo” mundo para fundarem uma “nova” Igreja, seguindo os modelos das primitivas comunidades cristãs, modelos completamente distintos dos que se seguiam na Igreja européia. Tinham perdido a esperança de uma possível conversão da Europa. No entanto estavam convencidos que poderiam introduzir o verdadeiro cristianismo entre os habitantes daquela terra que foi chamada “Nova Espanha”. Em vinte anos, batizaram quatro milhões de indígenas e edificaram a Igreja sobre os escombros do império asteca e do reino terasco.

Eram, certamente, filhos do seu tempo e com muitos preconceitos. Não souberam, por exemplo, compreender adequadamente a diversidade dos nativos, nem deram apreço às suas religiões, em que viam apenas obra do demônio. Na vida social não exploravam os índios. Eram desapegados, de valores materiais, tiveram muitos seguidores.

a) Os dominicanos

A Ordem Dominicana igualmente estava passando por uma grande restauração. Na Espanha, o reformador mais famoso foi, Frei Juan Hurtado de Mendoza. À sua volta começaram a juntar-se religiosos que pretendiam restaurar o antigo rigorismo da observância monástica, vivendo na pobreza mais absoluta. Foram seus discípulos, muitos dos religiosos missionários enviados, em seguida, para a América.

Os primeiros dominicanos que desembarcaram na ilha de Hispaniola (hoje Haiti e República Dominicana), não tinham qualquer ligação com os conquistadores e os opressores dos índios. Falavam abertamente: a sua comunidade foi deveras

profética. Em nome dele Frei Antônio de Montesinos não hesitou em levantar a sua voz diante dos soberanos da Espanha: perante uma corte satisfeita com seus sucessos, atacou as leis em que assentava o trabalho forçado, a escravidão indígena, a própria conquista e todos os hipotéticos direitos em que seus ouvintes fundavam a tranqüilidade da consciência.

Na histórica homilia de Montesinos (21.12.1511) se encontrava já presente o que viria a ser o núcleo do pensamento de Frei Bartolomeu de las Casas, a voz mais eloqüente que se levantou em defesa dos direitos dos índios e em favor de uma evangelização levada a cabo sem violência, através da persuasão.

b) Os jesuítas

Os Jesuítas, que tiveram uma ação tão relevante na evangelização até à sua expulsão, haviam nascido há pouco. Os que vieram para a América latina eram da primeira geração: tinham o fervor e o entusiasmo dos neófitos. Todos eles possuíam algo de São Francisco Xavier e realizaram exatamente o sonho dos primeiros franciscanos, tendente à criação de uma nova cristandade liberta da corrupção da velha cristandade européia.

Com o método missionário das “reduções”, criaram uma civilização e quase uma nação, entre os índios. Se não tivessem sido expulsos da América, teriam sido os promotores das primeiras nações latino-americanas, e estas, talvez, teriam sido indígenas.

c) Outros religiosos

Outros religiosos entraram pelo mesmo caminho, mesmo com um peso muito menor respeito a estas três famílias

religiosas.

Sobretudo no século XVI houve uma plêiade de bispos verdadeiramente missionários, que percorreram sem descanso as suas imensas dioceses na tentativa de organizarem uma Igreja nova. Missionários incansáveis, tentaram um destino diferente para os povos indígenas aniquilados.

2.1.2 A Missão dos Migrantes

Houve outro modelo de evangelização bem presente no Brasil.

Foi um tipo de catolicismo, trazido por portugueses pobres. Começou a penetrar no Brasil a partir da colonização. É normalmente chamado de 'catolicismo tradicional popular'.

Esse catolicismo teve presença significativa na zona rural. Naquela época, havia poucas cidades e uma pequena população.

Não tinha ligações com o poder político, nem se beneficiava de auxílios econômicos.

Além dos portugueses pobres, alguns pequenos proprietários, índios destribalizados, ex-escravos e, sobretudo mestiços, praticaram esse catolicismo.

Elementos característicos deste cristianismo são o SANTO, a CAPELA, os SANTUÁRIOS e as romarias.

O catolicismo popular não trouxe um modelo de sociedade igualitária. Pensava-se que Deus fez os homens diferentes: ricos e pobres. Porém os ricos têm a obrigação de proteger e amparar os pobres. Nesse sentido se entendem as relações sociais entre o padrinho rico e o afilhado pobre, como se fosse uma aliança. Este laço se torna mais forte do que o laço de sangue.

A ordem social na terra deve ser a reprodução da ordem do Céu. Como no Céu os santos são protetores celestes, aqui na terra o pobre deve ter seus protetores: os grandes devem

proteger os pequenos e estes, em troca devem ser submissos e obedientes.

Essa religião popular, após a metade do século XIX passa pelo processo chamado de "romanização" que atingiu toda a Igreja e tem seu ponto mais intenso no Concílio Vaticano I.

2.1.3 Modelo cruz e espada

O que mais marcou a história da Igreja na América Latina foi a ligação entre a cruz e a espada que tinha como objetivo dilatar a fé e o império.

Trata-se de uma aliança de um projeto político-militar e econômico-mercantil com um projeto religioso.

Padre Vieira, missionário jesuíta no Brasil, percebia claramente isso e num sermão declarava: "... nós não só consentimos que aqueles gentios percam a soberania natural com que nasceram e viveram isentos de toda sujeição, mas somos os que, sujeitando-os ao jugo espiritual da Igreja, os obrigamos também ao temporal da Coroa, fazendo-os jurar vassalagem".

Por isso, em geral, a primeira evangelização no Brasil não foi boa notícia para os índios. A Igreja pensava que evangelizar era "europeizar". Achava que os índios não podiam se salvar vivendo como índios.

A evangelização foi um suporte da lógica do sistema colonial. Uma lógica estrutural no sistema colonial, a da mão-de-obra escrava, que permitia enviar o excedente da extração colonial à metrópole. Isso acontecia com a violência sobre o trabalho, sobre as pessoas e seus bens: aldeias e terras arrasadas para dar lugar à plantação; população reduzida à escravidão para servir nas mesmas terras.

As coisas foram tristes para os índios. Ainda pior foram para os africanos vendidos como escravos América Latina.

Padre Vieira numa carta ao rei dizia: "Sem Angola não há Brasil". Era o reconhecimento que o Brasil podia desenvolver só pelo duro regime da escravidão africana.

Não houve luta para impedir que o negro fosse escravizado. A religião se reduzia a batizar o escravo, com pouca ou quase nenhuma catequese e a ensiná-lo a fazer o sinal da cruz.

Para justificar a situação de fato foi elaborada uma teologia escravista do batismo. Dizia-se que os negros na África viviam uma situação de duplo inferno, no corpo, pela escravidão, e na alma, por não ter o batismo e a salvação cristã. Ao serem trazidos para a América, continuavam com seus corpos na escravidão, mas, pelo batismo, suas almas ficavam libertas do inferno do paganismo e ganhavam a felicidade eterna na outra vida.

Tudo isso, apesar da declaração de Paulo II (1537), afirmando que todos os povos da terra pertencem à raça humana, são iguais e não podem ser explorados, nem reduzidos à condição de escravos por outros povos.

O que aconteceu na América latina, aconteceu também na África e na Ásia.

No ano de 1622 nasceu a Sagrada Congregação "*De Propaganda Fide*" para articular o trabalho missionário da Igreja, mas não conseguiu superar as contradições.

Apesar dos exemplos bonitos de Mateus Ricci na China, de Roberto De Nobili (Índia) e outros, prevaleceu na missão a violência, o apoio à expansão européia e a insistência sobre as conversões individuais sem valorizar nada das culturas dos povos.

Eram tempos diferentes, com outros paradigmas, mas não se pode justificar tudo dizendo que é injusto julgar o passado com os critérios de hoje. Há critérios que valem sempre: João Paulo II afirma que os métodos de intolerância e de violência no serviço à verdade são pecados de que

devemos pedir perdão. (*Tertio Millennio Adveniente*, 35).

2.2 O renascimento da missão no século XIX ao Concílio Vaticano II (1962-1965)

O papa Gregório XVI (1831-46) promoveu o renascimento das missões católicas.

Esse renascimento é marcado pelas seguintes características principais:

- *forte centralização romana*, que procura sempre mais coordenar as missões "ad gentes" (junto aos povos não cristãos) e suscitar o apoio dos países católicos (no Brasil esta romanização foi muito acentuada);

- *acentuação do caráter religioso da missão*, promovendo uma maior distância do poder político (as potências européias, porém, em particular a França e a Áustria, continuavam apoiando as missões católicas como instrumento de influência política e cultural);

- *surgimento de muitas Congregações de missionários/as "ad gentes"*;

- *envolvimento de todos os católicos* na oração pelas missões e na ajuda financeira, através da fundação das Obras Missionárias (no início, por iniciativas locais; depois como Pontifícias Obras Missionárias);

- *presença, ao lado das missões católicas, de missões protestantes*, o que suscita o problema do ecumenismo. Na Índia, por exemplo, é forte o questionamento: Qual é o Cristo autêntico? O dos católicos? O dos anglicanos? O dos luteranos? Ou o dos calvinistas...?

Aliás, a presença protestante se revelou também no campo teórico: foram as universidades de Edimburgo (Escócia) e da Alemanha que criaram as primeiras cátedras

universitárias de “missiologia”, logo após 1850.

O primeiro instituto universitário católico de missiologia foi criado na Alemanha em 1911.

A discussão teórica e a emergência de novas exigências históricas – principalmente a aspiração à independência dos povos colonizados ou dominados pelo Ocidente – levaram a repensar as missões cristãs. O protestante Warneck, revalorizou a noção de povo. Consequentemente, a missão não deve converter indivíduos, mas “cristianizar” os povos. Schmidlin acolheu esta concepção no âmbito católico, enfatizando mais o papel da hierarquia. Ele não superou, contudo, uma concepção da missão como meio para levar a Igreja (européia) aos povos de outras culturas.

O missionário Paulo Manna, escreveu, num memorial de 1929, enviado ao Prefeito de Propaganda Fide, cardeal Van Rossum, e publicado só 50 anos depois:

Fundamos as assim chamadas ‘missões estrangeiras’. O nome diz o erro: pois de fato são, no meio de países infiéis, verdadeiros organismos estrangeiros, conduzidos por pessoas estrangeiras, sustentados por dinheiro estrangeiro, apoiados muitas vezes por governos estrangeiros.

Os teólogos católicos, como Congar, Loffeld e outros, aprofundaram a reflexão e puseram em primeiro plano o fato de que a missão não é exterior à Igreja, mas a sua essência. A Igreja é constitutivamente, intrinsecamente missionária. Em todo lugar! E a Igreja se realiza concretamente como Igreja local, a única Igreja de Cristo que se encarna num lugar e numa cultura determinados. A Igreja é assim unidade e variedade. Unidade da Igreja de Cristo através da comunhão das Igrejas locais, cada uma com seus dons e suas características próprias.

Também a concepção do “mundo” mudou: de uma concepção negativa e pessimista, passou-se gradualmente para o reconhecimento de valores que a graça divina suscita também fora da Igreja. Com isso chegou-se a reconhecer melhor que a missão não é obra somente da Igreja, mas primeiramente do próprio Deus, o Pai que envia o Filho e o Espírito.

Essa evolução teológica, junto com o processo de descolonização, que se acelerou entre 1945 e 1960, convergeu no Concílio Vaticano II e no seu documento *Ad gentes*, sobre a ação missionária.

3 MISSÃO E INCULTURAÇÃO NA REFLEXÃO CONTEMPORÂNEA E NOS DOCUMENTOS DA IGREJA

3.1 A missão a partir do concílio

Ainda antes do encerramento do Vaticano II, Paulo VI publicava a encíclica *Ecclesiam suam* (1964), que enfatizava o diálogo, como caminho ou enfoque da missão da Igreja. Mais tarde, não poucos teólogos radicalizariam a posição, fazendo do diálogo uma alternativa ou um substitutivo da missão evangelizadora da Igreja, posição que será criticada na “*Redemptoris missio*” (1990) e no *Diálogo e anúncio* (1991).

Já Paulo VI, tinha esclarecido e reafirmado o seu pensamento após o Sínodo dos Bispos sobre Evangelização, publicando em 1975 a “*Evangelii nuntiandi*”. Nela mostra que “evangelizar é a graça e a vocação própria da Igreja, sua identidade mais profunda” (EN 14). Paulo VI, nesse documento, superou o eclesiocentrismo e acolheu, além da instância do diálogo, a da libertação, a da inculturação e da Igreja local.

A carta apostólica “*Evangelii nuntiandi*” evitou o termo “missão”, preferindo “evangelização”, termo pouco usado na

teologia e na Igreja depois do Novo Testamento (onde é freqüente). O termo foi redescoberto principalmente pela Igreja da França, ao redor de 1945, e teve sucesso na América Latina após Medellín (1968). Não é usado, por outro lado, na linguagem teológica alemã.

“Evangelização” expressa particularmente, no seu uso recente, a tomada de consciência de dois fatos:

- por um lado, a descoberta de que “países de missão” não estão apenas na Ásia ou na África; também a velha cristandade européia tem que se tornar “uma Igreja em estado de missão”, reconhecendo que deve retornar o trabalho de “evangelização” das massas descristianizadas;

- por outro, evangelização evoca para a Igreja a fonte e o objetivo de sua missão, que não é tanto o de promover seu próprio crescimento, mas anunciar o evangelho e deixar-se evangelizar, para poder testemunhar autenticamente Jesus Cristo.

A “*Evangelii nuntiandi*” evitou, portanto, a palavra missão, para não se envolver com as antigas e não mais válidas distinções e para enfatizar que a Igreja, para exercer sua missão, deve evangelizar a si mesma também. De fato, superando as velhas distinções entre “países de cristandade” e “países de missão”, a “*Evangelii nuntiandi*” chama a uma evangelização mundial, pela qual toda a Igreja é solidariamente responsável.

A encíclica de João Paulo II, “*Redemptoris missio* (1990)”, apresentou algumas novidades com relação à “*Evangelii nuntiandi*”. A “*Redemptoris missio*”, em relação a uma persistente tendência reducionista, insiste mais sobre o anúncio que sobre o diálogo e enfatiza novamente a missão “ad gentes” (junto aos povos não cristãos).

Reconhecendo que a missão da Igreja é única, todavia distingue – com base nas circunstâncias – três tarefas (cf n.33): a ação pastoral, voltada para os fiéis que integram as

comunidades eclesiais; a missão "ad gentes", que se dirige a comunidades humanas ainda não evangelizadas; e uma espécie de situação intermediária entre as duas primeiras, a "nova evangelização", que volta propor a fé no evangelho a povos ou ambientes, que já foram cristãos, mas atualmente não conservam "o sentido da fé" e conduzem uma vida afastada da comunidade eclesial.

A missão "ad gentes" não é definida apenas em termos geográficos, mas através de critérios mais complexos, que incluem aspectos territoriais, sociais e culturais (cf. n.37). Fez sucesso a expressão "novos areópagos", com que o João Paulo II compara os desafios culturais da evangelização de hoje aos que Paulo encontrou em Atenas (cf. At 17). De novo, a missão é "mundial", presente em toda área geográfica, interligada pela interdependência das sociedades atuais. Mas o Papa destaca como prioridades o "Sul" (os países em desenvolvimento e, geralmente, de evangelização recente) e o Oriente (Ásia).

Os desafios que levaram a reflexão pós-conciliar a aprofundar os conteúdos da evangelização são principalmente três:

- a) Desde o Vaticano II, a Igreja alerta para o desafio do ateísmo (GS 19) "entre os gravíssimos problemas de nosso tempo", enquanto forma radical de contestação da religião. O Vaticano II não usa a palavra secularização, mas parece acenar para o fenômeno quando observa que "a própria civilização moderna, não por si mesma, mas porque demasiadamente comprometida com as realidades terrestres, pode muitas vezes dificultar o acesso a Deus" (GS 19b).

A teologia européia e a norte-americana deram muita importância ao tema nos anos 60. O desenvolvimento do fenômeno nos anos seguintes foi menos linear do que esperavam os sociólogos. Ao lado de uma radicalização do

fenômeno nas macroestruturas da sociedade, houve um “ressurgimento religioso”, não isento de ambigüidades (RMi 38), em que a religiosidade restava confinada na esfera privada, na intimidade da pessoa.

Uma das mais recentes encíclicas do papa João Paulo II “*Evangelium vitae*”, denuncia o excesso de individualismo e subjetivismo, que conduziu a uma “cultura anti-solidária”, em certos casos “verdadeira cultura de morte” (EV 12), fruto do “eclipse do sentido de Deus e do homem” (EV 21). Um aspecto da “cultura de morte” é a questão ecológica, conseqüência do consumismo materialista, que destrói desordenadamente os recursos da terra (CA 37), agravando o problema da pobreza e destruindo o próprio ambiente humano (CA 38).

b) Desde o Sínodo dos Bispos de 1971, em seu pronunciamento sobre a Justiça no mundo, a Igreja explicita sua consciência de que:

[...] a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo nos aparecem claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do evangelho, isto é, da missão da Igreja pela redenção da humanidade e a libertação de toda situação de opressão (JM, Introdução).

Os “laços profundos” entre “evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação” – são realfirmados claramente pela “*Evangelii nuntiandi*” (n.31). A mesma consciência já transparecia nas declarações do Episcopado Latino-Americano em Medellin (1968) e é reforçada em Puebla pela constatação do “devastador e humilhante flagelo da situação de pobreza em que vivem milhões de latino-americanos”, “escândalo e contradição”, “brecha crescente entre ricos e pobres”. Em Santo Domingo constata-se que o

empobrecimento continua e chega “a intoleráveis extremos de miséria” (n 179) e reafirma-se que a promoção humana é “dimensão privilegiada da Nova Evangelização” (item 2.1, título). O magistério universal, olhando para o mundo inteiro, encontra em mais ampla escala o mesmo desafio:

[...] situações de pobreza, freqüentemente intoleráveis... situações desumanas (que) desafiam a comunidade cristã: o anúncio de Cristo e do reino de Deus deve tornar-se instrumento de redenção humana para estas populações. (RMi 37,b, cf. EV 10).

c) O Concílio Vaticano II, embora tenha dado especial relevo ao diálogo com outras comunidades cristãs (cf. decreto “*Unitatis redintegratio*”), pôs também as bases do diálogo com as outras religiões (cf. decretos “*Dignitatis humanae e Nostra aetate*”). Durante o Concílio, em 1964, um Secretariado foi instituído com essa finalidade. Recentemente foi transformado no Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso (1988). A ele devemos os documentos *Diálogo e missão* (1984) e *Diálogo e anúncio* (1991). A Igreja toma consciência da amplitude do desafio missionário “ad gentes”, face ao crescimento da religião islâmica e das religiões asiáticas. O cristianismo, na Ásia, não atinge 7% da população; os católicos são menos de 3%. Diante desse desafio, a Igreja é chamada tanto ao diálogo quanto ao anúncio missionário. Este anúncio traduz-se necessariamente em evangelização das culturas, pois o evangelho é destinado a se encarnar nas culturas dos povos (RMi 52).

Estes três grandes desafios, percebidos inicialmente como problemas continentais (o 1º da Europa e da América do Norte, o 2º da América Latina, o 3º da Ásia e África), estão se tornando universais, atingindo juntos muitas áreas

geográficas e culturais. O Brasil, em particular, por sua própria complexidade, sócioeconômica e cultural, apresenta tanto o problema de secularização, ligado à modernidade, como o problema da pobreza, que afeta a maior parte da população; tanto o problema do pluralismo religioso como o da “privatização” da religião. Sob todos os aspectos, o Brasil está a exigir, com urgência, novo empenho da Igreja na evangelização. E por isso, só pode ganhar com a reflexão que a Igreja, mundialmente, foi amadurecendo a respeito de sua missão.

Uma resposta adequada aos desafios acima apresentados é possível só quando há um sério compromisso com a inculturação.

3.2 Inculturação e evangelização hoje

Inculturação é um termo teológico, novo (embora sem usar esta palavra, a preocupação pela inculturação, como vimos, sempre acompanhou a vida da Igreja).

Quem primeiro usou o termo inculturação foi o teólogo J. Masson. O termo foi retomado pelo Pe. Arrupe na 32ª Congregação da Companhia de Jesus. Entrou depois no Sínodo de 77 e na exortação apostólica “*Catechesi tradendae*”

3.2.1 O que não é a inculturação

Inculturação não é ACULTURAÇÃO

Na antropologia considera-se a aculturação como o conjunto de fenômenos/situações que acontecem através do contato direto/prolongado de dois grupos com diferente cultura, produzindo mudanças num ou nos dois grupos. Ambos os grupos podem desenvolver um papel ativo em 02 (dois) sentidos:

a) o processo de aculturação pode acontecer nas duas direções (reciprocidade);

b) a acolhida das conseqüências de aculturação provoca reações: a seleção (aceitação ou recusa) dos elementos que vem de fora, a reinterpretação (assimilação criativa) dos mesmos.

Na política missionária, sobretudo na época colonial, não se deu, nem reciprocidade, nem assimilação criativa. A missão é influenciada por uma visão de superioridade cultural dos europeus (eurocentrismo) que, pela força política, econômica e militar, impõem seus modelos provocando submissão na cultura considerada inferior.

Inculturação não é SIMPLES ADAPTAÇÃO

A estratégia da adaptação nasce da decepção pelo fracasso da estratégia da aculturação.

Isso se deu sobretudo na África.

Podemos recordar o franciscano belga Tempels, autor de um livro importante sobre o assunto: "Notre rencontre". Adaptação é o ajuste ou acomodação à cultura destinatária da evangelização, tanto do evangelizador como da mensagem evangélica, mediante a tradução em planos superficiais e setoriais da realidade cultural. Trata-se da abertura para outras formas culturais só com aspectos secundários dentro dos limites da intangibilidade da forma cultural central.

3.2.2 O que é inculturação

A encíclica *Redemptoris missio* assim descreve a inculturação:

"Pela inculturação a Igreja encarna o Evangelho nas diferentes culturas e simultaneamente introduz os povos com suas culturas em sua própria comunidade, transmitindo-lhes

seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro". (n. 52)

Para compreender melhor, podemos antes de tudo contemplar *O EXEMPLO DE JESUS*.

Os Evangelhos nos descrevem Jesus profundamente enraizado na sua cultura. Ele pertence à cultura judaica, que tinha seu eixo integrador na religião. Jesus é fiel a essa cultura, que expressa o projeto de vida de seu povo e pela qual muitos tinham dado a vida (2Mc 6,18-31; 7,1-14).

Jesus vive então a experiência de um Deus único, presente e atuante na história, o sentido de pertencer a um povo e a uma terra, a fidelidade à Lei considerada uma manifestação concreta da vontade de Deus em relação a Israel, a freqüência à Sinagoga, a prática da oração e o culto sabático (Lc 4,16), a romaria a Jerusalém (Lc 2,46-49), o cuidado com os órfãos, as viúvas, os pobres, estrangeiros...

Em teoria, todos aceitavam tudo como herança sagrada. Mas, na realidade, a dominação interna e externa chegou a manipular essa riqueza cultural, que também em seu eixo religioso sofreu uma fratura a ponto de ser vivida de forma completamente diferente pela elite e pelos pobres.

Jesus cresceu dentro da vertente cultural dos pobres, com as características próprias do interior da Galiléia, ao lado dos excluídos. Fala a linguagem dos pequenos. Não complica. Vai ao essencial, ao que é importante e possível aos pobres. Utiliza a Bíblia a favor da vida, serve-se de parábolas tiradas da experiência cotidiana do povo, fala do campo e do lago e pouco da cidade, que simboliza o mundo das elites.

Convivendo e sofrendo com o povo, Jesus percebe que muitas pessoas e categorias sociais, em nome da fidelidade à cultura e religião, são desprezadas e excluídas do convívio social e do banquete da vida.

Jesus assume de forma radical a postura dos grandes profetas e denuncia a manipulação por parte das lideranças

oficiais das mediações fundamentais do judaísmo: o Templo e a Lei.

Critica o tipo oficial de santidade ritual pregando uma nova santidade baseada no amor. Contesta o saber religioso das elites, pois Deus se revela aos pequeninos (Mt 11,25-27), e não aceita o poder espiritual discriminatório do grupo dirigente.

Jesus inverte o que então se fazia (e ainda se faz): toma como referência a vida e a cultura dos pobres, torna-os sujeitos e protagonistas privilegiados do Reino. A “periferia” se transforma em “centro”.

É uma nova justiça, novo paradigma a partir da opção de Jesus pela subcultura dos galileus excluídos. Aqui se insere o conteúdo da Boa Nova de Jesus como força para desobstruir a fonte da vida (Jo 4,14), fazer emergir as energias da cultura dos pobres e descobrir as sementes já presentes do Reino (Lc 17,20-21).

Tudo fica reorganizado. Ao medo sucede a alegria, à discriminação a fraternidade, ao egoísmo a convocação para a solidariedade. As normas e as tradições, que eram um absoluto para as elites, são relativizadas, mantendo seu valor só quando estão em função da vida (Mt 12,1-8; Mc 2,15-18; Mc 7,5-8).

A mensagem e a prática de Jesus não são só Boa Notícia, mas também boa realidade para os pobres.

Jesus respeita a cultura a partir dos pobres. Ajuda a descobrir e a discernir o que nela há de válido e de deturpação.

Anuncia o Evangelho do Reino como projeto de vida plena que se insere com respeito no projeto de vida presente na cultura, despertando novas energias, ativando novas potencialidades para que todos tenham vida com fartura (Jo 10,10) e denunciando as limitações e as estruturas de morte...

O Evangelho se encarna e se expressa na cultura dos pobres da Galiléia. Aparece inculturado. Em torno disso, Jesus

começa um movimento de discípulos que a partir das aldeias da Galiléia é chamado a ser fermento e instrumento de mudança.

3.3 Inculturação em Santo Domingo

3.3.1 Raiz

A analogia entre encarnação e presença cristã no contexto sócio-cultural e histórico dos povos – a *Lumen Gentium* (nº 8) fala de “uma não medíocre analogia” – ajudou a compreender e aprofundar na reflexão teológico-pastoral o paradigma da inculturação (SD 30,243). Jesus encarnado no meio de seu povo se serviu do contexto cultural e histórico de seu povo para expressar os mistérios da salvação e a esperança do Reino. “Assim a nova evangelização continuará na linha da encarnação do Verbo” (30). Encarnação, inculturação, presença, proximidade, seguimento se tornam palavras semanticamente muito próximas. “A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo” (LG 8) (SD 13). Nesta inculturação – seguimento de Jesus (Jo 17,18) e assunção do mundo desfigurado (LG 8 Puebla 31-39) – a Igreja atualiza os três grandes mistérios da salvação: a encarnação do Natal, a libertação da Páscoa e diversificação cultural do Pentecostes:

“É necessário inculturar o Evangelho à luz dos 03 (três) grandes mistérios da salvação:

- a NATIVIDADE que mostra o caminho da Encarnação e move o Evangelizador a partilhar sua vida com o Evangelizado;

- a PÁSCOA que conduz através do sofrimento à purificação dos pecados para que sejam redimidos;

- o PENTECOSTES que pela força do Espírito possibilita a todos entender na sua própria língua as maravilhas de Deus”. (SD 230)

Na perspectiva do seguimento de Jesus e por causa da vinculação aos mistérios centrais da fé, a inculturação não é algo optativo ou setorial, mas um imperativo para toda a Igreja. As Conclusões de Santo Domingo são taxativas: “Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho” (SD13).

3.3.2 Meta

Na inculturação se entrelaçam a meta e o método, o universal da salvação e o particular da presença. A meta da inculturação é a libertação, e o caminho da libertação é a inculturação. “Uma meta da evangelização inculturada será sempre a salvação e a libertação integral de determinado povo ou grupo humano (...)” (SD 243). Esta libertação gera relações sociais simétricas de diálogo como pressupostos do anúncio da boa notícia e da celebração dos mistérios. A inculturação “é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo” (LG 8) (SD 13).

Como restaurar este “rosto desfigurado”? Pela presença cristã encarnada, que é capaz de tornar-se boa notícia para cada povo. Esta boa notícia inculturada visa à libertação de cada povo dos poderes da morte, o fortalecimento de sua identidade e a perspectiva de um futuro específico (SD 243). A inculturação “se realiza no projeto de cada povo, fortalecendo sua identidade e libertando-o dos poderes da morte” (SD 13).

Finalmente, a presença cristã nas diferentes culturas e sociedades visa à descoberta, ao reconhecimento e à assunção de novos valores pela igreja (SD 230). Estes valores – na tradição teológica denominados “sementes do Verbo” – São anteriores ao anúncio explícito do Evangelho (cf GS 57d; Puebla 401, 403, 451; SD 245; Mensagem aos indígenas, 2). Na evangelização este “reconhecimento” dos valores culturais

é um caminho bidirecional. O Evangelho que se faz cultura no decorrer de dois mil anos, inspira também com seus valores específicos as culturas e oferece novos horizontes. Como as culturas em si são sistemas de vida, o ponto de partida metodológico dos agentes de evangelização é sempre a compatibilidade e complementariedade destes horizontes.

3.3.3 Agentes

A inculturação como nova proximidade eclesial no meio dos povos e grupos sociais coloca o dedo num ponto nevrálgico desta presença, que é a estrutura ministerial da Igreja. Santo Domingo fala muito da necessidade da inculturação do Evangelho, pouco porém dos agentes de inculturação. É claro, a evangelização é o dever fundamental de todo o povo de Deus já que toda a Igreja é missionária. (AG 35). Portanto, todos os batizados precisam encarnar a sua fé no contexto concreto em que vivem. Mas numa questão tão nova na consciência eclesial, o povo de Deus precisa de ajuda, de modelos, de exemplos. Como mediadores qualificados da inculturação, as Conclusões de Santo Domingo mencionam o povo de Deus, a Igreja particular, os institutos seculares, a paróquia, os pastores, catequistas, agentes de pastoral e teólogos.

Santo Domingo enfoca duas vezes a Igreja local como o laboratório da inculturação. “A Igreja particular (...) conhece de perto a vida, cultura, os problemas de seus integrantes e é chamada a gerar ali, com todas as suas forças (...) a inculturação da fé” (SD 55). Os bispos, como pastores regionais, devem junto com o povo de Deus, coordenar e incentivar esta inculturação. “A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus” (SD 230). A paróquia deverá ser uma comunidade missionária. Portanto, ela também tem a tarefa “de fazer progredir a

inculturação da fé nas famílias, nas CEB's, nos grupos e movimentos apostólicos, e através deles, em toda a sociedade" (SD 58).

Agentes pastorais "serão instrumentos especialmente eficazes da inculturação do Evangelho (SD 49). A própria inculturação já é uma primeira catequese vivencial sobre o mistério da encarnação. Portanto é necessária "uma presença efetiva dos agentes de pastoral nas comunidades (...)" (SD 177). A presença efetiva em si já tem um conteúdo querigmático. Segundo "*Evangelii Nuntiandi*", presença, participação, solidariedade já são gestos iniciais de evangelização (EN 21). Esta presença tem mais peso onde catequistas e agentes de pastoral se tornam uma comunidade inculturada. A missão sempre é uma tarefa comunitária.

Assim, devemos entender o testemunho das comunidades religiosas inseridas no meio do povo. Santo Domingo menciona particularmente os institutos seculares. "Por sua consagração, buscam harmonizar os valores autênticos do mundo contemporâneo com o seguimento de Jesus vivido a partir da secularidade; hão de ocupar, pois, lugar de destaque no trabalho da nova evangelização para a promoção humana e a inculturação do Evangelho" (SD 87). Também os teólogos, conforme seu campo específico, podem "contribuir para a inculturação da fé (...)" (SD 33).

3.3.4 Campos

A inculturação é uma proposta abrangente. Não existem situações onde o Evangelho nada teria a declarar; não há lugares onde o seguimento de Jesus não leva. A inculturação, portanto, é uma tarefa para o mundo urbano e para o campo, para o mundo secularizado e para as culturas tradicionais, para ontem e hoje. "A partir da riqueza inesgotável de Cristo, hão de buscar as novas expressões que permitam evangelizar

os ambientes marcados pela cultura urbana e inculturar o Evangelho nas novas formas de cultura adveniente. A nova evangelização tem de inculturar-se mais no modo de ser e de viver de nossas culturas, levando em conta as suas diversas particularidades, especialmente as indígenas e afro-americanas” (SD 30).

Ao lado da pastoral junto às chamadas culturas tradicionais, também uma “pastoral urbanamente inculturada” representa um desafio. Por isso, “a Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano (...)” (SD 256), nas famílias, nas CEBs, nos movimentos apostólicos e em toda a sociedade (SD 58). De uma certa maneira, a inculturação corresponde ao adjornamento de João XXIII. Evangelizar é a constante busca da contemporaneidade e contextualidade do Evangelho; portanto, significa “pôr o Evangelho em diálogo ativo com a modernidade (...); significa “inculturar o Evangelho na situação atual das culturas de nosso Continente” (SD 24). Isso é um longo processo já descrito por “*Evangelii Nuntiandi*” (EN 20ss; SD 256).

3.3.5 Níveis

A inculturação do Evangelho pressupõe um esforço da própria Igreja por sua inculturação. O que necessita ser inculturado é o conjunto da Igreja com suas estruturas, organização ministerial, liturgias, catequese (SD 256). O rosto da Igreja local tem que refletir o rosto dos respectivos povos que compõem esta Igreja. Esta “inculturação da Igreja” visa “atingir uma maior realização do Reino” (SD 248).

Várias vezes Santo Domingo fala explicitamente da inculturação da liturgia (SD 43, 53, 248, 256). No início, ainda que tímida e genericamente, menciona uma “sã inculturação da liturgia” (SD 43). Depois o documento torna-se mais concreto. Em fidelidade ao Concílio Vaticano II, os pastores

devem promover uma liturgia que recupere as “formas, sinais e ações próprios das culturas da América Latina e Caribe. Nesta tarefa, dever-se-á dar uma especial atenção à valorização da piedade popular, que encontra sua expressão especialmente na devoção à Santíssima Virgem, nas peregrinações aos santuários e nas festas religiosas (...)” (SD 53). “Em Santa Maria de Guadalupe”, diz o documento, citando o Discurso Inaugural de João Paulo II, “é oferecido ‘um grande exemplo de evangelização perfeitamente inculturada’” (SD 15).

Já no contexto da pastoral dos povos indígenas, Santo Domingo propõe concretamente a promoção de “uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas” (SD 248). O mesmo acontece no contexto da pastoral urbana, que deve ser “inculturada com relação à catequese, à liturgia, e à organização da Igreja” (SD 256).

As Conclusões de Santo Domingo tocam a questão da inculturação da formação sacerdotal. Cursos específicos de missiologia devem instruir “os candidatos ao sacerdócio sobre a importância da inculturação do Evangelho” (SD 128). Mas a inculturação não é apenas uma questão de instrução. É um novo estilo de vida. Por isso deve-se “rever a orientação da formação oferecida em cada um dos nossos seminários, para que corresponda às exigências para a promoção humana e a inculturação do Evangelho” (SD 84). Os pastores devem “dispensar particular interesse ao desafio representado pela formação sacerdotal dos candidatos provenientes de culturas indígenas e afro-americanas” (SD 84).

Finalmente, a própria reflexão teológica – por ser contextual – há de ser inculturada. Por isso, Santo Domingo propõe, para determinados contextos, “favorecer uma reflexão teológica em torno da problemática da terra, dando ênfase à inculturação (...)” (SD 177). A “Teologia da Terra” é uma das

teologias contextuais mencionadas por Santo Domingo ao lado da "Teologia Índia". Estas teologias inculturadas exigem da Igreja um grande esforço de acompanhamento e respeito. Por isso, os delegados de Santo Domingo se comprometeram frente aos povos indígenas de "acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais, que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança; crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentais" (SD 248). Esta inculturação e contextualização teológica são igualmente importantes para o mundo urbano. A proposta pastoral de uma reflexão teológica inculturada corrige e critica, de uma certa maneira, a própria cristologia e eclesiologia das Conclusões de Santo Domingo. A reflexão em torno da realidade pastoral da América Latina e do Caribe, muitas vezes, vai mais longe que a própria reflexão teológica.

3.3.6 Horizontes

A inculturação visa uma nova proximidade eclesial na diversidade histórico-cultural de cada povo e grupo social. É uma presença catalisadora que provoca mudanças culturais sem interferência explícita na cultura dos diferentes povos. A presença do Evangelho pode restaurar e fortalecer a identidade de um determinado grupo social. Por outro lado, a reconstrução da identidade depende sempre do respeito, do diálogo e do reconhecimento dos outros.

A questão das culturas nos coloca frente à questão do equilíbrio e da articulação entre plural e singular, universal e particular, identidade e alteridade, amor próprio e amor universal. O amor próprio – o amor de sua causa, cultura e história, que é constitutivo da própria identidade – é a medida do amor aos outros. Quem não ama sua cultura, nem conhece

sua história, como pode amar outros indivíduos e povos sem preconceitos e sem julgamento precipitado de valores? Mas quem absolutiza sua própria história e cultura tampouco ama os outros como a si mesmo, porém ama apenas a si mesmo nos outros.

A inculturação como solidariedade sócio-cultural e seguimento de Jesus não pode ser confundida com a identificação do evangelizador ou do Evangelho com o outro e sua cultura. Ao não se identificar com nenhuma cultura e inculturar-se em todas, o Evangelho e os evangelizadores respeitam a alteridade e preservam a identidade da mensagem e das culturas. A inculturação visa a uma proximidade respeitosa em face da alteridade, crítica frente ao pecado e solidária no sofrimento. Ao inculturar-se, o Evangelho universaliza sua proposta concretamente. Este Evangelho, universalmente “em casa”, provando sua relevância aos “cansados sob o peso do seu fardo” (Mt 11,28), desperta um novo ardor e alimenta a esperança do Reino.

3.4 Inculturação no Congresso Missionário Latino Americano - Belo Horizonte 1995

Reproduzimos uma parte da palestra de Pe. Marcelo Azevedo, proferida no COMLA 5.

“Com a inculturação, a Evangelização se faz a partir de dentro da cultura do grupo humano que se quer evangelizar e não como algo extrínseco e estranho a ela. A pergunta chave é: como o Senhor está presente, como agiu e continua agindo nessas pessoas e através delas e de suas culturas, ao longo de sua vida, de suas tradições e de sua história, antes do processo do evangelizador ou durante o mesmo? Os membros da cultura são assim os sujeitos principais do processo. Deverá ser ativa e mútua sua interação e elaboração como os evangelizadores, igualmente sujeitos e sobretudo pedagogos e animadores no processo.

O Evangelho não existe em abstrato. Sempre se encontra já assimilado em alguma cultura concreta. O processo de Evangelização inculturada, portanto, se desenvolverá primordialmente como um encontro de culturas, um diálogo inter-cultural. Este se dá entre o evangelizador, a partir de sua própria cultura, e uma cultura que não é a sua. Ainda quando evangeliza dentro de sua própria cultura o diálogo se deve estabelecer entre o evangelizador e as várias subculturas de seu contexto cultural (p. ex. dentro de sua cultura de evangelizador, são distintos os diálogos entre o evangelizador e a sub cultura de jovens em sua própria cultura, ou os diálogos com a subcultura do mundo rural, ou dos operários industriais, ou com os indígenas ou com os negros, com os intelectuais ou com os produtores da arte e da música e, assim por diante, com outros e diversos grupos ou subculturas).

O evangelizador e os membros da cultura que se quer evangelizar (membros tanto na cultura própria do evangelizador como em cultura alheia) se aproximam e vão se conhecendo sempre melhor. Esta interação que deve ser dialogal e já é parte do processo evangelizador, revela a cada um a identidade das respectivas culturas, capta a respectiva alteridade, suas características e diversidade, sua afinidade com os valores evangélicos e também os limites humanos e institucionais, as contradições, desvios e perversões de cada cultura. Intui sobretudo a presença do Espírito em cada ser e grupo humano, forma íntima e transcendental de presença ativa da Palavra de Deus, anterior a qualquer palavra humana evangelizadora.

A inculturação portanto, é, ao mesmo tempo, um caminho de discernimento cultural e espiritual e um processo de conhecimento pedagógico da cultura como veículo real ou potencial da fé. Entre evangelizados e evangelizadores (pessoa ou comunidade apostólica) se estabelece de algum modo uma

Evangelização mútua ao dar-se conta de sua própria cultura, vista agora a partir da fé, o evangelizador redescobre como portadora do Evangelho, mas nunca como forma exclusiva ou privilegiada de propô-lo ou de vive-lo. Na sua alteridade, a outra cultura, a que se está evangelizando, revela ao evangelizador como se pode viver a mesma fé de um modo diferente e novo. Esta relação teologicamente inter-cultural é uma experiência e uma etapa indispensável de toda Evangelização inculturada.

Resumindo portanto: na percepção atual da missão, uma proclamação explícita do Evangelho pressupõe um bom conhecimento da cultura com a qual se interage. O conhecimento inculturado leva à constatação do que de evangélico existe na cultura que se evangeliza. Detecta o que pode ser dispensável ou corrigível na cultura do próprio evangelizador, em ordem à transmissão e vivência da mensagem evangélica. Em outras palavras, o evangelizador, através da cultura que está evangelizando, conhece a outra cultura. Por aí descobre a relatividade de sua própria cultura em relação ao Evangelho e à fé.

Esta dinâmica de transparência ajuda a intuir como já é ou pode vir a ser evangelizada cada cultura. Ao mesmo tempo, leva a captar onde é necessária a mudança ou conversão em cada cultura. Obras humanas que são, todas as culturas têm valores que coincidem com o fundo humano do Evangelho. Mas também todas precisam de correção e conversão. Tanto a conversão como a cultura, isto é, no plano de seus sentidos e valores, de seus critérios e visão de mundo, de sua perspectiva ética. A conversão ou o crescimento neste nível induz ou suscita, orienta ou ilumina as mudanças necessárias a se produzirem também no plano externo da expressão cultural da fé. As mudanças no fenômeno cultural – nos gestos e símbolos, nos ritos e linguagens – emergem como postulados de novas descobertas e compreensões no

nível dos sentidos e valores.

A Evangelização será um paciente trabalho conjunto entre o evangelizador e o evangelizando, pessoa ou comunidade cultural. A fé cristã, que, pela ação do Espírito, pode brotar da Evangelização, não é um produto voluntarista sob esse controle e avaliação. A fé tampouco é um conjunto doutrinal ou ético-moral; não é uma instância institucional, como o é uma religião organizada; nem é um acervo cultural de símbolos e rituais. A fé inspira, anima e implica todas essas dimensões, mas não se confunde com elas. A fé, na verdade é a resposta de acolhida consciente e livre dum pessoa ou comunidade ao dom que Deus faz de si mesmo à humanidade, em Jesus Cristo e por ele. Neste sentido abrangente, a Evangelização é sempre indispensável. Por ela se oferece e se irradia o dom gratuito de Jesus Cristo a ser conhecido e vivido. Por ela, criam-se as condições favoráveis a que o Espírito de Deus atue nas mentes e nos corações, os habite e os instrua, para que a semente caia em terra boa e suscitando a fé, produza bom fruto”.

4 CONCLUSÕES

1) Olhando para a nossa realidade enxergamos passos positivos no caminho da inculturação pelo que se refere à pastoral afro (por ex. Apns), a pastoral indigenista (por ex. CIMI) e pastoral rural (CEBs, CPT, etc).

Há maior dificuldade em tentar caminhos de inculturação no mundo urbano que, como afirmam as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, constitui um imenso desafio: exige-se um repensamento da paróquia que é instituição rural, e uma profunda reflexão sobre os novos movimentos eclesiais que revelam uma grande dificuldade em levar a frente uma evangelização que saiba conjugar inculturação e libertação.

Para os agentes de pastoral, impõe-se a necessidade de uma formação mais profunda para a inculturação. Aqui apresentamos algumas linhas desta formação.

2) Antes de tudo a atenção ao outro através da acolhida do diferente, escuta e diálogo. Isso começa no encontro interpessoal e se abre ao encontro evangelizador com outras culturas.

Estamos acostumados pelo sistema sócio-cultural em que vivemos, a pensar que a auto-afirmação exige a negação ou destruição do outro. Por isso nasce em tempo de guerra o inimigo, em tempo de paz o estrangeiro, o bárbaro, o pagão, o cigano, o drogado, o homossexual, o velho, o doente de AIDS.

A reação é o medo, a ansiedade, a suspeita, a agressividade que se traduzem a nível ético no individualismo; a nível econômico no livre mercado e na propriedade privada; a nível político no colonialismo (500 anos) e nos falsos mitos da unidade (o extremo absurdo foi o hitlerismo que chegou ao genocídio do outro).

Trata-se de mudar e reconhecer que o outro, o diferente é um dom: eu sou mais eu junto com o outro que é manifestação histórica de Deus. Na formação isso implica na necessidade de uma maior inserção, de uma teologia mais contextual, e numa maior atenção ao estudo da antropologia cultural.

3) Devemos também ligar a atenção ao outro com a atenção ao pobre: isso ajuda a optar evangelicamente pelas culturas oprimidas. Deus que fez e faz a opção pelos pobres, atua nas culturas oprimidas para que o Evangelho, Boa Notícia para os pobres, possa ser libertador e transformador do mundo na perspectiva do Reino.

Uma clara e lúcida opção pelos empobrecidos no sentido econômico, social e cultural fundamenta o compromisso de dar atenção e resgatar as culturas oprimidas, e ajudar nelas o processo de inculturação libertadora.

Esta opção ajuda a lutar contra a lógica do dinheiro (fetiche) e do mercado, que elimina o outro e nivela tudo.

4) Também é importante, sem abandonar o conteúdo objetivo da fé e o magistério, escutar mais a fé do povo cristão, principal sujeito de inculturação.

Trata-se duma mística que a prática de Jesus Bom Pastor nos ensina e que se traduz em algumas importantes atitudes.

A primeira atitude é a de humildade e simplicidade. Em nenhum momento o evangelizador deve sentir-se com relação ao povo, como a mãe que engendra a vida, ou como o general que dá ordens ou como o artesão que manipula a matéria.

Ele deve ser como a parteira que ajuda a vida a brotar e crescer. A vida já está semeada pelo Espírito na cultura e na religiosidade do povo. Deve ser como o lavrador que prepara o terreno para a semente.

O método deve ser o do diálogo e da reciprocidade, da descoberta dos valores evangélicos na vida do povo, valores que devem ser explicitados e aprofundados. O evangelizador deve deixar-se evangelizar.

A partir daí nasce o respeito confiante no potencial de auto-libertação e auto-evangelização do povo (P 1147), a atenção viva pela cultura popular que leva à acolhida e aceitação do povo como ele é:

- no ritmo dele;
- na palavra dele, sem atitudes repressivas, que inibem as pessoas e as reduzem ao mutismo;
- na história dele, que constitui um patrimônio enorme para o crescimento humano e a evangelização;
- nas iniciativas dele: propostas, sugestões, ações espontâneas e criativas.

Tudo isso exige um profundo espírito de serviço que brota duma atitude de amor que se concretiza no contato vivo, na solidariedade, na simpatia. A evangelização inculturada e libertadora é um ato amoroso.

ABREVIATURAS DE DOCUMENTOS ECLESIAIS

- AG - Ad gentes
- CA - Centesimus Annus
- CEBs - Comunidades Edeuais de Base
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- COMLA 5 - 5º Congresso Missionário Latino-Americano
- DA - Diálogo e Anúncio - 1991
- DGAE - Diretrizes gerais da ação evangelizadora no Brasil
- DH - Dignitatis Humanae
- DV - Dei Verbum
- EN - Evangelii Nuntiandi
- EV - Evangelium vitae
- GS - Gaudium et Spes
- JM - Justiça no Mundo
- LG - Lumen Gentium
- M - Documento de Medellin
- NA - Nostra aetate
- P - Puebla
- PRNM - Projeto rumo ao novo milênio
- RMi - Redemptoris missio - 1990
- SD - Documento de Santo Domingo
- TMA - Tertio Millennio Adveniente
- APNs - Agentes de Pastoral Negros